GUINÉ-BISSAU

Migração e desenvolvimento na Guiné-Bissau: experiências e controvérsias dos actores envolvidos no processo

João Ribeiro Butiam Có[1]

Resumo

Este artigo visa uma análise da migração oriunda da Guiné-Bissau, as suas causas e tipologias, a integração das diferentes categorias/grupos de migrantes na sociedade de acolhimento, em particular Portugal, bem como as relações dos migrantes com o processo de desenvolvimento do país da origem.

A história migratória guineense testemunha dinâmicas transnacionais ligadas à cultura e tradição migratórias de dois grupos migrantes (Manjacos e Fulas), com processos, projectos e infra-estruturas de investimentos nos espaços de origem bem diferentes dos demais. Não do lado oposto, mas com menores referências de transnacionalismo, encontramos o grupo dos crioulos e/ou outros migrantes clássicos similares. A par dos crioulos, enquadra-se o grupo dos quadros qualificados, com espaços de vida divididos entre o mercado mais qualificado e o de construção civil e obras públicas. Este último grupo, apesar de algumas tentativas de ligação a nível académico e político num país de conflito, ainda não encontrou a melhor forma de fazer justificar os seus projectos no processo de desenvolvimento do país.

A tese defendida neste texto é a de que este desencontro não só se refere à consistente instabilidade política e governativa da Guiné-Bissau mas, também, se associa a determinantes socioculturais implícitos nas acções da diáspora guineense qualificada. As melhores experiências referem-se aos profissionais da área de saúde, tanto pela sua integração satisfatória no espaço de acolhimento, como pelo contributo motivado pelas associações de migrantes e ONG estrangeiras ligadas ao sector.

1 Investigador Permanente do INEP – Bissau (Guiné-Bissau), Investigador Integrado do CEAUP – Porto (Portugal) e Membro Associado do SOCIUS – Lisboa (Portugal). Email: jooribeiro@yahoo.com.

Palavras-chave: migração, desenvolvimento, associações da diáspora, transnacionalismo, Guiné-Bissau.

1 - Introdução e enquadramento

O conceito de migração despertou grande interesse nos últimos anos, pela sua implicação e complexidade não só na mobilidade dos indivíduos mas, também, pelo seu contributo para o desenvolvimento e civilização humana. Isto demonstra a amplitude da dinâmica das migrações, enquanto movimentos de carácter social, económico e político. No quadro da mobilidade, integração e contributo para o desenvolvimento, essencialmente nos países de origem, as redes migratórias têm tido um papel importante neste desafio, bem como nas políticas migratórias. As redes migratórias representam agentes imprescindíveis na manobra e mobilidade dos agentes migrantes, na escolha de momentos e locais de migração, assim como na natural integração no novo espaço de vida.

No entanto, o contributo das redes migratórias guineenses no desenvolvimento do país de origem não se dissocia da experiência migratória e enquadramento diferenciado dos grupos migrantes nos países de destino. Isto, apesar de, em boa parte, os diferentes grupos migratórios guineenses partilharem o mesmo espaço de vida. A maior excepção cabe à categoria dos médicos e alguns profissionais da área da saúde, com enquadramento no mercado de trabalho proporcional ao grau académico.

A convivência de espaço de vida entre os quadros qualificados e os trabalhadores não qualificados tem muito a ver com a disponibilidade do mercado, com a rede e capital simbólico dos migrantes guineenses, bem como com o não regresso dos quadros devido a turbulências políticas do país de origem. Essa turbulência também não permite uma relação saudável entre os migrantes e a origem, mesmo no quadro de iniciativas das redes associativas e até mesmo de projectos de desenvolvimento local. Pela ausência de políticas de investimento em capital humano, apenas o grau de maturidade e de experiência migratória de cada grupo migrante permite testemunhar experiências positivas no processo de apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau.

São esses desafios e controvérsias de posições que pretendemos discutir neste texto. O nosso objectivo é o de testemunhar a importância das migrações no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau, através de experiências, projectos e ligações à origem, através de redes (associações) migratórias.

2 – Migração guineense e retorno

A história da dinâmica dos fluxos migratórios guineenses testemunha mobilidades internas, regionais e internacionais, movidas por interesses económicos, guerras civis e oportunidades concedidas pelas redes e políticas migratórias. Assim, com o grupo étnico Manjaco, a dinâmica guineense conhece uma experiência migratória transfronteiriça para o Senegal e depois para França, durante o período colonial. A partir de meados

dos anos setenta, surgiu o primeiro fluxo da Guiné-Bissau para Portugal, designadamente dos colonos expatriados e dos que estavam ligados à ex-potência colonial. A descolonização criou uma mobilidade unidireccional para Portugal, de natureza política, com possibilidade de integração favorável no mercado de trabalho. São os chamados primeiros Luso-guineenses (Machado, 2002).

A segunda vaga para Portugal, devido à crise da conjuntura económica, surge em meados de 1985 e prolonga-se até 1995. Este período testemunha a mobilidade dos primeiros migrantes clássicos em massa, estendendo-se a todos os grupos étnicos guineenses, mas representados na sua maioria pelos crioulos/cristãos. Essa dinâmica estava associada à necessidade de mão-de-obra em Portugal no sector da construção civil e obras públicas, incentivada pelo apoio do Quadro Comunitário (com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986), o que fez com que a maior parte dos migrantes se tenham direccionado para este sector. Devido à necessidade de sobrevivência e de projectos de escala temporária, a fim de regressarem ao país de origem, muitos quadros médios e superiores formados no Leste europeu (em países socialistas, como a antiga URSS e Cuba) tiveram que se enquadrar neste mercado secundário da construção civil e obras públicas (Có, 2003).

Uma última grande vaga é a dos refugiados, motivada pelo conflito político-militar que assolou o país durante dois anos (1998 a 1999). Por consequência, dinamizou a mobilidade para o exterior do país de todas as classes sociais, sendo os migrantes designados na altura de refugiados. É sobretudo neste período que podemos falar do fluxo de *brain drain* – representado pelos profissionais da área da saúde – da Guiné-Bissau para vários países europeus e africanos, mas com Portugal como referência. E, por outro lado, acentua-se o movimento dos quadros *overstayers*, que não regressam ao país de origem após as suas formações.

2.1 - Migração, integração e perspectivas de retorno

A ideia de que na migração está sempre inerente o conceito de retorno é manifestada voluntariamente quando os migrantes regressam aos locais de origem ou quando demonstram ligações aos países de origem, através de incentivos, remessas ou outras influências, sem que haja uma obrigatoriedade de presença física. Porém, a ideia de período de auto-sustentação na migração e consequente retorno nunca é rigorosamente predefinida, na medida em que, à medida que o espaço de vida se torna favorável no país de acolhimento em detrimento do país de origem, o migrante tende a ficar e a prolongar a ideia de regresso. À medida que o tempo vai passando, a mesma ideia vai sendo diluída pela integração e surgimento de outras novas gerações (Machado, 2002). Esta realidade é testemunhada pelo grupo dos crioulos na migração guineense (Có, 2003).

Vários contributos sobre as migrações e o mercado de trabalho sublinham que, em boa parte, a migração é relacionada com a demanda de emprego, sendo esta

última a variável independente. Por consequência, na nossa perspectiva, a integração dos migrantes tem que ser compreendida na relação entre o espaço de vida e o capital humano, bem como na satisfação que estes atribuem ao tipo de emprego que detêm no contexto social em que vivem. Caso contrário, a perspectiva de regresso e/ou de re-emigração ganha forma. Porém, esse equilíbrio não é automático. De facto, depois de uma aceitação de categorias migrantes, mesmo já em estado de reprodução social de gerações, as sociedades de acolhimento têm dispositivos limitados para uma integração desejada, sobretudo quando as economias simplesmente não suportam equilíbrios entre a oferta e a procura de trabalho, nos segmentos de mercado por excelência do migrante. É disso exemplo a actual crise económica na Europa e no mundo global.

Neste desafio, consideramos que a liberdade de movimento dos indivíduos deve associar-se sempre à perspectiva de regresso e/ou de ligação ao país de origem. Isto sucede, por um lado, devido a dificuldades de uma aceitação e integração plena, por parte do migrante, numa nova sociedade; e, por outro, devido aos riscos de disjunção com o país de origem. O equilíbrio comparativo entre as duas realidades, através de redes e mecanismos de ligação à origem, permite minimizar os riscos de certas acções de discriminação (in)voluntárias e aceitar a migração como uma oportunidade de desenvolvimento entre os dois países envolvidos. Por exemplo, em contextos de crise económica, onde a mão-de-obra migrante é incerta, certas medidas são pouco humanas. Em meados de 1997, a Tailândia expulsou cerca de 250 mil trabalhadores imigrantes; a Coreia do Sul autorizou com indulgência a partida de 50 mil trabalhadores ilegais; e a Malásia despediu cerca de 50 mil trabalhadores indonésios (Cruz, 1999).

No caso de Portugal, em particular, a categorização social sublinhada por Baganha *et al*. (2001), posicionando os imigrantes PALOP como os últimos no escalonamento social da sociedade portuguesa, reforça a ideia de difícil ou plena integração dos mesmos. Isso pode intensificar-se em momentos de crise, uma vez que os mercados são produtos de relações sociais e consequentemente instituições sociais. Porém, a nosso ver, as políticas migratórias e os modelos de integração adoptados pelos Estados envolvidos continuam a ser determinantes na consciencialização do migrante quanto à perspectiva de continuidade ou de temporalidade migratória (Có, 2003). Neste contexto, não houve um investimento assinalado do Estado guineense no sentido do retorno. As experiências conhecidas foram sobretudo locais, partindo de indivíduos e instituições étnicas com alguma tradição e experiência migratória, como veremos mais à frente.

2. 2 - Os grupos migrantes e a ligação ao país de origem na experiência guineense

A análise do retorno na migração guineense obriga-nos a uma classificação diferenciada de grupos migrantes, uma vez que estes apresentam heterogeneidade nas suas constituições e nas perspectivas de ligação ao país de origem. Ainda que não se

possa falar num retorno físico em grande número dos migrantes guineenses, apesar de alguns projectos de vida nesse sentido, podemos considerar a seguinte nomenclatura de grupos migrantes: Migrantes Laborais, Refugiados e Quadros Qualificados. Estes são diferenciados quanto ao estatuto social, experiência e consciência migratórias, e também nos tipos e modos de incorporação. Para além disso, os dois últimos grupos (Refugiados e Quadros Qualificados) apenas conhecem experiências de retorno físico no quadro de programas animados pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) – como veremos mais adiante.

Neste caso, o transnacionalismo guineense associa-se às ligações e projectos que cada indivíduo e/ou grupo migrante testemunha nos seus projectos em relação ao país e locais de origem. Apesar da difícil mensuração do fluxo (entrada e saída), é aceitável a ideia de que a migração guineense, no seu todo, já se encontra no seu auge em termos de crescimento e maturidade migratória. Contudo, as instabilidades quase que crónicas da Guiné-Bissau constituem obstáculos às pretensões dos migrantes, no processo de desenvolvimento do país e dos locais de origem.

Os migrantes laborais ou clássicos em análise apresentam subgrupos. De um lado estão os chamados crioulos – todos os migrantes que provieram da capital e centros urbanos na sociedade de origem – e similares; do outro lado, dois grupos étnicos, Manjacos e Fulas, que representam, na história da migração guineense, uma experiência singular em relação aos restantes grupos ou etnias migrantes, com experiências, tradições e culturas migratórias mais activas e longas na história do processo migratório guineense (Có, 2003).

A diferença destes dois subgrupos migrantes já provinha da origem de cada um, visto que os Fulas e os Manjacos são caracterizados pela existência de muita mobilidade espacial. Por outro lado, o capital social, relações sociais, redes sociais, normas, valores e convicções comuns que confirmam a qualidade e quantidade de interacções sociais entre indivíduos numa comunidade são muito evidenciados nestas duas comunidades. O grau elevado do capital social e a confiança recíproca permitem uma maior harmonização dos seus agentes entre si, maior cooperação e melhor desenho dos projectos em comum. A ligação destas categorias/subgrupos migratórios ao país de origem suscita também desequilíbrios regionais significativos nos lugares de origem. As regiões de Bafatá e Gabú, dos Muçulmanos (Fulas), e Cacheu e Canchungo, para os Manjacos, apresentam-se como grandes regiões com novas urbanizações e com vantagem nas infra-estruturas em relação a muitas regiões que lhes eram similares. Tal obriga, do ponto de vista do crescimento urbano, a um desenvolvimento considerável. As "dependências" das redes de transferência de capitais montadas estrategicamente nestas regiões, como as agências Western Union, são o exemplo dos fluxos financeiros que afectam e circulam nestas zonas do país.

Por sua vez, a realidade da migração dos chamados crioulos/cristãos é recente, às vezes não muito bem preparada, o que acaba por se reflectir na decisão de

integração e continuidade na sociedade de acolhimento. Na nossa definição estes constituem indivíduos com alguma propensão à assimilação, chegando-se a pôr de lado a ideia de regresso à origem. Uma vez que muitos dos que constituem este grupo tendem a perder as suas raízes tradicionais e étnicas, assimilam o estatuto de crioulos ou cristãos.

A grande análise que se pode considerar na comparação destes subgrupos é que apresentam indicadores de retorno e ligação aos locais de origem muito heterogéneos e diferenciados. Os chamados crioulos são muito mais de "contenção" quanto ao retorno, o que é motivado pela preocupação de se integrarem mais na sociedade de acolhimento. Os modos de incorporação e o espaço de vida/*habitat* na sociedade receptora são o exemplo desta diferenciação, aliados a um discurso de pessimismo acentuado quanto às crises e instabilidade política que se vivem no país de origem. Tal não acontece nas regiões dos Manjacos e Fulas, por exemplo. Esta realidade também não se pode dissociar da falta de experiência de migração e do "crioulismo", que é toda a capacidade e mentalidade de integração e assimilação às culturas de civilização mais ocidentais.

3 – Migração, cooperação e desenvolvimento

Muitos dos países menos desenvolvidos, como a Guiné-Bissau, vivem de recursos ou remessas dos migrantes, como salvaguarda de debilidades das suas economias e da deterioração e crises políticas. Nos últimos anos, as migrações têm sido importantes no desenvolvimento socioeconómico guineense, tanto a nível das remessas como das influências sobre as políticas locais. Segundo o PNUD (2006), o volume de remessas dos emigrantes guineenses variou de 10 milhões de dólares em 2001, para 28 milhões em 2005 (cerca de 8,2% do Produto Interno Bruto). Em comparação, a Guiné-Bissau terá recebido de Portugal, em 2005, como ajuda pública ao desenvolvimento, no quadro do apoio bilateral, 10.874 milhões de euros.

A consciência desta realidade nas várias experiências africanas está a fazer surgir estratégias e políticas que permitam o apoio ao desenvolvimento dos países africanos. São disso exemplo o fórum de Julho de 2001 da Organização da Unidade Africana (OUA) e a cimeira extraordinária da União Africana (UA), em Fevereiro de 2003, onde a diáspora foi aclamada como a sexta região do continente africano. Ainda podemos citar a Cimeira de Ouagadougou; a Cimeira de Banjul; e a Declaração Conjunta da África e União Europeia em Tripoli sobre as Migrações e Desenvolvimento (MIDA, 2007; África-EU, 2006).

Apesar do reconhecimento internacional, esta ainda é uma realidade não encarada de forma muito séria pelo Estado guineense em termos de legislação. E poderá pecar por ser tarde. Do ponto de vista das leis que poderiam estimular e incentivar o investi-

mento dos migrantes, ainda se verifica a confusão entre o agente migrante e o agente estrangeiro/cooperante. Esta situação é evidente no Manual do Regime Geral das Isenções (capítulo IX, lei nº 2/95) e no Código de Investimento no País da Guiné-Bissau (Có, 2003). As isenções referentes aos materiais a desalfandegar pelos migrantes, devido à instabilidade governativa, não são rígidas na sua aplicabilidade, dependendo da "boa" disponibilidade dos sucessivos governos. Porém, em 1986, criou-se o Instituto de Apoio ao Emigrante (IAE), através do decreto-lei n.º 37/86 de 2 de Dezembro, bem como o estatuto geral do emigrante, através do decreto-lei n.º 38/86 de 4 de Dezembro. Mais recentemente, com a criação do cargo de Secretário de Estado das Comunidades, através do decreto presidencial n.º 39/2009, o governo demonstra dar maior atenção à diáspora guineense, pondo em prática os objectivos manifestados nas atribuições dadas ao IAE, através do decreto-lei n.38/86 de 4 de Dezembro.

Não obstante estas medidas, uma outra oportunidade de migração e desenvolvimento, onde os migrantes poderiam ser grandes intérpretes, é a cooperação descentralizada, cujo princípio foi introduzido na Quarta Convenção de Lomé, em 1989, complementado no Regulamento (CEE) nº 443/92 do Conselho (Có, 2003).

3.1 - As associações como redes locais e transnacionais de desenvolvimento

As Associações das Comunidades Migrantes guineenses, essencialmente as de Portugal e França, começaram a constituir-se na segunda fase do crescimento migratório guineense na diáspora global, na década de noventa, e consolidaram-se na década seguinte. Num estado evoluído de volume e aceitação, regista-se uma necessidade de auto-sustentação e de preocupações com o desenvolvimento dos locais e do país de origem. É a consciência da diáspora e do transnacionalismo. As remessas familiares, que promovem o desenvolvimento das famílias e da comunidade, associam-se a projectos de indivíduos organizados colectivamente (comunitariamente) para resolver os problemas que afectam os seus locais de origem. Esse facto não se dissocia da cultura e experiências migrantes dos diferentes grupos guineenses, boa parte identificada etnicamente. Por exemplo, em Portugal, das 35 associações reconhecidas pela Confederação de Associações Guineenses em Portugal, em 2002, 63% apresentavam um carácter étnico, dentro dos quais 91% eram identificadas como de Manjacos e Muçulmanos (Có, 2004). Isto evidencia a influência destes dois grupos na formação do transnacionalismo comunitário guineense.

Segundo o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural português (ACIDI), entre as principais associações que podem comprovar a existência de uma relação laboral a fim de se obter uma autorização de residência para exercício de actividade profissional – segundo a Lei da imigração n.º23/2007, de 4 de Julho –, encontram-se três associações guineenses: a Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO), a Associação dos Naturais de Pelundo Residentes em Portugal (ANPRP) e a Associação Unidos para o Progresso da Ilha de Bubaque (AUPIB). De sublinhar que, tirando a reconhecida capacidade de intervenção da AGUINENSO,

uma das mais importantes associações de imigrantes em Portugal, as duas últimas possuem uma natureza étnica/comunitária, destacando-se pelas suas capacidades de organização, intervenção, integração dos seus pares migrantes e ligação ao país (local) de origem (Guiné-Bissau).

A lógica de intervenção transnacional destas associações (tanto de Portugal como de França) destina-se, na sua maior parte, às áreas sociais (educação e saúde), estando a emergir também a área agrícola na estratégia de desenvolvimento local. Devido a limitações no quadro profissional dos seus membros, chegam a mobilizar profissionais estrangeiros dos países de acolhimento para colaborarem nos seus espaços de origem. São disso exemplo a Associação de Amizade Matosinhos-Portugal / Mansoa-Guiné-Bissau, com estratégias de intervenção ao nível da saúde e da educação, e a Associação Moura-Bissau. Esta última (Associação Moura-Bissau) colaborou na instalação de uma biblioteca em Bissau e no envio de ajuda medicamentosa para o hospital Simão Mendes (o hospital principal de Bissau), para o Centro Hospitalar de Mansoa e para a Missão Católica em Bissau; organizou cursos de formação em Administração Pública Directa e Administração Autárquica, com o apoio de formadores portugueses que se deslocaram à Guiné-Bissau; e incentivou estágios de alguns profissionais guineenses em Portugal. Estas são experiências felizes que estão a crescer, sendo cada vez mais habitual ver grupos de estrangeiros de diferentes cantos do mundo a intervir sazonalmente na Guiné-Bissau, em colaboração com os nacionais, em projectos de ajuda em medicamentos, intervenções cirúrgicas, materiais escolares e desportivos, construção de estabelecimentos de ensino básicos, construção de diques para o desenvolvimento da agricultura, orientações para formação em gestão e desenvolvimento do comércio, etc.

A capacidade de intervenção e o reconhecimento das Associações das Comunidades Migrantes, apesar da crise mundial, é evidente no país de origem. Hoje em dia, muitas Associações criam e intermedeiam parcerias entre os governos do país de origem e de acolhimento, através de projectos transnacionais com grandes implicações nos espaços de origem. O exemplo mais recente e marcante é o surgimento do grupo GRDR (Groupe de Recherche et de Réalisations pour le Développement Rural), em matéria de migração, cidadania e investigação. O GRDR está na Guiné-Bissau desde 2009, através da confederação de associações de emigrantes guineenses de etnia manjaca em França. É um grupo que surgiu através de engenheiros senegaleses e malianos em França, em finais dos anos sessenta, com dinâmicas de projectos e sinergias transnacionais em diferentes áreas. Na Guiné-Bissau, o GRDR acompanha a realização de projectos com o objectivo de melhorar as condições de vida das populações locais, através da colaboração entre as populações e os emigrantes oriundos das regiões. Neste momento, em Cacheu[2], o GRDR está a implementar o Programa

[2] Cacheu é uma das oito regiões administrativas da Guiné-Bissau, composta por uma população de 185 053 habitantes (RGPH, 2009), na sua maioria do grupo étnico Manjaco. É uma zona fronteiriça com elevado potencial para o desenvolvimento económico, com alta taxa de emigração e uma implicação muito importante dos emigrantes no processo de desenvolvimento local.

de Apoio às Iniciativas de Desenvolvimento Local (PAIDEL), com financiamento da União Europeia, Associações de Emigrantes e fundos próprios, através do levantamento de mapas temáticos de diferentes áreas (saúde, agricultura, educação). Este programa será depois apresentado à Confederação de Emigrantes em França, Espanha e Portugal, a fim de participarem na decisão final de escolha de prioridades para o desenvolvimento dos seus locais de origem. Estes exemplos e experiências, ainda em fase embrionária, testemunham mais do que o contributo transnacional no desenvolvimento da Guiné-Bissau, mas sim, em particular, a experiência e o estado de amadurecimento da emigração guineense através do grupo étnico Manjaco.

3.2 – Quadros superiores, capital humano e projectos de ligação a Guiné-Bissau

De forma geral, a África tem visto muitos dos seus melhores quadros superiores (altamente qualificados) deixarem o continente. Isso também ocorre devido às políticas de imigração dos países desenvolvidos, que atraem os respectivos quadros, sobretudo nas áreas de engenharia e profissionais de saúde (Lowell, 2002). É certo que têm surgido estratégias de inversão desta tendência, assim como projectos que têm permitido uma melhor colaboração da diáspora africana no desenvolvimento do próprio continente. Num simpósio em Turim (Itália), em Junho de 2006, a Comissão Económica para África (ECA) reportou que, embora África tenha sofrido uma perda considerável dos seus quadros altamente qualificados para os países mais desenvolvidos, algumas evidências têm comprovado os efeitos positivos do retorno, sobretudo nos aspectos sociais e económicos do desenvolvimento africano (África-EU, 2006). Basta olharmos para a variação das remessas da diáspora migrante da África em geral (apesar de esta não se resumir à diáspora africana qualificada). Em 1995, aquela era de 58 mil milhões de dólares americanos, e em 2004 foi de 160 mil milhões de dólares, muito acima do *Official Development Assistance* (ODA), que variou no mesmo período homólogo de 59 mil milhões para 79 mil milhões (World Bank, 2006).

Apesar do volume de quadros altamente qualificados de alguns países africanos, a taxa de integração profissional – que testemunha a relação positiva, entre a formação e enquadramento socioprofissional – de alguns países, incluindo os PALOP, é muita baixa, caso de São Tomé (18%), Moçambique (18%), Angola (17%), Cabo Verde (15%), Guiné-Bissau (14%), Argélia (14%), Marrocos (13%), Camarões (13%), Mali (11%) (Marfouk e Abdeslam, 2007). Por consequência, a promoção de políticas coerentes para as migrações e desenvolvimento tem estado, cada vez mais, na agenda dos debates e acordos entre países do Norte (desenvolvidos) e Sul (em desenvolvimento). É disso exemplo a conferência de Rabat (Marrocos), em Julho de 2006, e de Tripoli, em Novembro do mesmo ano, onde o MIDA (Migrações para o Desenvolvimento Africano) é, cada vez mais, pensado e estruturado como um instrumento de coerência para as migrações e desenvolvimento, permitindo acordos de parcerias entre os países envolvidos (África-EU, 2006; cf. supra).

Na agenda das mobilidades internacionais e das diásporas migratórias, os dados estatísticos sobre a Guiné-Bissau são difíceis de encontrar. Os números disponíveis testemunham que a taxa de emigração dos quadros altamente qualificados guineenses é de 24,4% (Marfouk e Abdeslam, 2007).

A categoria dos quadros guineenses qualificados também apresenta subgrupos, movidos pela maior ou menor discriminação no mercado de emprego. Muito embora esta discriminação seja às vezes oculta, contribui muito para as decisões e perspectivas de vida. Por um lado, temos a categoria dos médicos e alguns enfermeiros, normalmente mais bem enquadrados profissionalmente em relação às outras categorias profissionais. Por consequência, são os que apresentam menor propensão ao retorno e/ou à ideia de regresso em curto prazo. Isto apesar de a encararem para o futuro. Por outro lado, existe uma categoria que enquadra vários grupos de profissionais das áreas das ciências sociais e humanas, incluindo gestão, economia, direito, etc.. Estes apresentam geralmente um enquadramento profissional pouco adequado, associado à submissão a certos empregos não qualificados, o que reforça também o impasse perante a perspectiva de retorno. Este pode ser motivado quando existem incentivos de cooperação técnica. É o caso de projectos como o RQAN (Retorno de Quadros Qualificados Africanos), que fez regressar 57 dos quadros guineenses, e possivelmente o MIDA (Migração e Desenvolvimento Africano), como novo projecto para retorno dos migrantes. Para além disso, o país de origem até à data pouco tem feito para incentivar e enquadrar os quadros qualificados, o que se reflecte na situação em que se encontra o país (desprovido de quadros) (Có, 2003).

O TOKTEN (Programa de Transferência de Conhecimentos dos Expatriados) é um outro programa com o mesmo objectivo global do RQAN, o de reforçar a capacidade institucional do governo da Guiné-Bissau nos sectores prioritários do desenvolvimento, como a administração pública, saúde, educação, agricultura e sector privado, proporcionando facilidade e integração profissional e social dos quadros. Porém, o programa não foi ainda implementado. Actualmente há determinação do governo de retomar um projecto igual, estando uma equipa de investigação do CeSA (ISEG/Universidade Técnica de Lisboa) a realizar um estudo sobre os quadros guineenses na diáspora (França e Portugal), que possam servir de contributo ao processo de desenvolvimento económico do país.

De facto, há exemplos elucidativos de experiências de ajuda ou contributo ao desenvolvimento da diáspora guineense em geral, como é o caso de várias actividades e iniciativas de dirigentes associativos e de associações de imigrantes laborais não qualificados para com o desenvolvimento das comunidades locais de origem, mesmo sem peso significativo (Có, 2004). Porém, em termos de redes de representação da diáspora guineense qualificada, e dos próprios profissionais da área da saúde, apenas existem algumas iniciativas de debates e contribuições socioculturais e políticas de associações de estudantes e quadros superiores (Bolanha e Guineádiáspora). Esta preocupação demonstra a fragilidade das redes migratórias da diáspora

qualificada guineense, ao contrário de algumas redes dos imigrantes clássicos, que têm tido contributos assinaláveis nos espaços de origem sem intervenção/apoio do Estado.

A experiência da migração guineense qualificada testemunha elementos importantes na reflexão das teorias migratórias. Na realidade migratória, o capital humano é importante na ligação ao mercado de trabalho, considerado como o conjunto de todas as oportunidades de formação adquiridas. Na compreensão da realidade migratória guineense é um pouco exagerado fazer essa correlação positiva. São disso exemplo claro os migrantes com formação superior mas que não conseguem empregos compatíveis com os seus níveis académicos, pelo que muitos deles optam (in) voluntariamente pelo segmento secundário do mercado de trabalho. Isso reforça a tese, por um lado, de os determinantes socioculturais serem importantes na própria *performance* do capital humano e consequente integração em qualquer mercado de emprego; e, por outro, a experiência e cultura migratórias serem importantes na integração e construção de processo de transnacionalismo na experiência migratória guineense.

4 - Considerações finais

Na agenda internacional, a tipologia da diáspora guineense testemunha três grupos migrantes que, em boa parte, partilham o mesmo espaço de vida nos países de acolhimento, mas que apresentam uma experiência de transnacionalismo diferenciada. Em primeiro lugar, encontramos o grupo de experiência migratória representado pelos Manjacos e Fulas. Em segundo, o grupo de migrantes clássicos guineenses, com dinâmica a partir de meados da década de oitenta. Em terceiro, o grupo de qualificados, constituído por quadros *overstayers*, resultantes do fluxo estudantil associado aos acordos de formação assegurados pela convenção de Lomé III (renovada em 2000), entre a União Europeia e Países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), e por alguns profissionais da área da saúde, que emigraram de forma significativa após o conflito político-militar de 1998/99. De forma geral, a história da mobilidade dos guineenses para a Europa, incluindo Portugal, também se associa, por um lado, às consequências das crises socioeconómicas, movidas por falhanços de iniciativas e programas de relançamento económico durante os anos oitenta na Guiné-Bissau, e, por outro, à instabilidade político-militar que o país vive desde a sua independência.

O crescimento do volume da diáspora guineense qualificada tem sido acompanhado pelo surgimento de redes de enquadramento e protecção dos migrantes, com natural propensão de ligação ao país de origem. São disso exemplo as inúmeras associações de migrantes clássicos e de quadros qualificados. No entanto, são redes que têm conhecido experiências diferenciadas de agenda transnacional, sendo que as que representam migrantes clássicos (essencialmente Manjacos e Fulas) são mais transnacionais do que as de crioulos e quadros qualificados. De facto, com propósitos assentes em políticas

de inversão da fuga de quadros e desenvolvimento de estratégias que permitam a utilização do *know how* dos guineenses na diáspora para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, as principais redes de representação da diáspora guineense qualificada têm realizado esforços, através de debates, conferências e seminários sobre temas ligados ao desenvolvimento da Guiné-Bissau, especialmente na área da saúde.

Porém, determinantes socioculturais e o peso negativo do capital social e simbólico, traduzido na falta de capacidade do país de origem em se mobilizar e envolver em acordos internacionais de reciprocidade para o benefício dos seus migrantes, bem como a falta de cultura e experiência organizativa das redes da diáspora guineense qualificada, continuam a constituir obstáculos intervenientes no processo (guineense) de migrações e desenvolvimento. Estas dificuldades, associadas à ausência do Estado, não afectam as redes de associações de migrantes clássicas que, pela experiência e cultura migratórias, estão bastante ligadas aos seus locais de origem, através de projectos ligados à saúde, educação e agricultura.

Referências bibliográficas

Africa-EU (2006), "Joint AFRICA-EU Declaration on Migration and Development", TRIPOLI, SIRTE, 22-23 November – Final Version.

Baganha, Maria *et al*. (2001), *Imigração e Política: O Caso Português*, Fundação Luso – Americana para o Desenvolvimento, Edição CES.

Böhning, W. R. (1996),"Employing Foreign Workers", *A Manual on Policies and Procedures of Special Interest to Middle and Low-income Countries*, Geneva, International Labour Office.

Castles, Stephen *et al* (1998), *The age of Migration: International Population Movements in the Modern Word*, 2º Edition, McMillan, Press Lda.

Castles, Stephen (2000), « Les Migrations Internationales au Début du XXIe Siècle: Tendances et Problèmes Mondiaux »; In *Revue Internationale de Sciences Sociales* pp. 313-329, RISS 165/Septembre UNESCO.

Có, João R. Butiam (2003), *Migração Guineense e Retorno: um Mito ou uma Realidade Desencorajada*?, Tese mestrado – ISEG/UTL.

- (2004), "Migrações e Desenvolvimento: As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense", *SOCIUS Working Papers* n.º 12/04 – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – ISEG/UTL Lisboa.

Cohen, Robin (ed.) (1996) *The Sociology of Migration* - The International Library of Studies on Migration – Series Editor, University of Warwick, UK.

Cruz, António (1999), "Os Eternos Culpados" In *Imigrantes: Mito das Fronteiras, Revista UNESCO Correio*, ano 27, n.º 1, pp. 26-28, Rio de Janeiro.

Faist, Thomas (2000), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, New York, Clarendon Press, Oxford University Press.

Jackson, John (1991), *Migrações*, Lisboa, Edições Escher.

Kastoryano, Riva (2000), « Immigration, Communautés Transnationales et Citoyenneté » In *Revue Internationale de Sciences Sociales* pp.: 353-359, RISS 165/Septembre UNESCO.

Lowell, B. (2002) *Policy Responses to the International Mobility of Skilled Labour*- International Migration Paper, n. º 45, Geneva, International Labour Office.

Machado, Fernando Luís, (2002), *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

Marfouk e Abdeslam (2007), "The African Brain-Drain: scope and determinants", *Working paper*, n. º8, Research Series, Dulbea, L'Université Libre de Bruxelles.

MIDA (2007), *Migration for Development in Africa - Mobilizing the African Diasporas for the Development of Africa*, Geneva, International Organization for Migration (IOM).

OIM (Organisation Internationale pour les Migrations) (2001), *Migrations pour le Développement en Afrique (MIDA)*, Programme de Renforcement des Capacités dans les Pays Africains, Switzerland, 17 route des Morillons, Geneva 19.

Papademetriou, Demetrios (1999), "Ilusões e Realidade" *Imigrantes: Mito das Fronteiras, Revista UNESCO Correio*, ano 27, n.º1, pp.: 18-23, Janeiro de 1999 Rio de Janeiro.

PNUD (2006), *Rapport National sur le Développement Humain en Guinée-Bissau*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), República da Guiné-Bissau, Bissau.

Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.

Salt, John et al (2000), « Les Migrations Internationales dans la Région de CEE-ONU: Caractéristiques, Tendances et Politiques », *Revue Internationale de Sciences Sociales* 165/Septembre, UNESCO, pp. 361-377.

Simon, Gildas (1999), "Acolher ou Rejeitar" *Imigrantes: Mito das Fronteiras, Revista UNESCO Correio*, ano 27, n.º 1, pp.: 23-26, Janeiro de 1999 Rio de Janeiro.

Tapinos, George (2000), « Mondialisation, Intégration Régionale, Migrations Internationales », In *Revue Internationale de Sciences Sociales* pp.: 343-353, RISS 165/ Septembre, UNESCO.

Todd, Emmanuel, (1994), *Le Destin des Immigrés – Assimilation et Ségrégations dans les Démocraties Occidentales*, Paris, Edition Seuil.

World Bank (2006), "Capital flows to Africa and their impact on growth", in *Economic Report on Africa.*

Mobilidade e migrações na Guiné-Bissau: dinâmicas históricas e determinantes estruturais [1]

Alexandre Abreu [2]

Resumo

A mobilidade humana desempenha um papel central ao longo da história da Guiné-Bissau. Das expansões mandinga e fula do último milénio à migração para França ao longo do último século; da transumância, ainda hoje praticada na parte leste do território à migração rural-urbana das últimas décadas; e da consolidação de um sistema migratório pós-colonial com destino a Portugal à recente diversificação dos contextos de acolhimento da diáspora, a mobilidade humana no interior da Guiné-Bissau e para o seu exterior tem moldado e sido moldada pela trajetória política, económica e social, tanto deste território como dos espaços em que se insere e com que interage. Este artigo apresenta uma panorâmica destes padrões de mobilidade ao longo da história, com ênfase nas últimas décadas, e procura relacioná-los quer com os principais fatores estruturais que os determinaram, quer com o padrão de dispersão geográfica a que deram origem. Conclui-se que a mobilidade das populações deste território tem origens históricas muito antigas, é extremamente diversa e só pode ser adequadamente compreendida à luz de uma perspetiva histórica e estrutural. Procura-se assim contribuir para um melhor conhecimento das causas e diversidade dos padrões de mobilidade no caso da Guiné-Bissau, mas também para um entendimento mais sofisticado e realista dos determinantes da mobilidade humana em geral.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, migrações, mobilidade, história, diáspora

1. Introdução

A perceção generalizada dos padrões de mobilidade característicos dos países da África Subsariana inclui habitualmente três componentes: o mito da imobilidade

[1] Este artigo baseia-se parcialmente em informação recolhida no âmbito de um projecto de doutoramento na School of Oriental and African Studies (Universidade de Londres) que beneficiou de apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (bolsa de doutoramento SFRH/BD/37628/2007).

[2] Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG-UL). Faculdade de Letras, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal. E-mail: alexjabreu@gmail.com.

pré-moderna, ou seja, a ideia segundo a qual as comunidades "tradicionais" – pré-industriais e pré-capitalistas – eram e/ou são essencialmente estáticas em termos socioespaciais; a migração rural-urbana no contexto da urbanização induzida pela modernização; e a migração intercontinental em massa no período pós-colonial, decorrente dos enormes diferenciais de rendimento face a um Norte global rico e industrializado. Trata-se de uma perceção que é consistente, nas suas componentes tanto interna como internacional, com uma conceção dos movimentos migratórios enquanto mecanismo mais ou menos automático de ajustamento em face de diferenças de rendimento – na linha dos modelos neoclássicos das migrações de que o modelo de Harris-Todaro constitui o exemplo mais conhecido e influente.[3] Esta perceção, que tende a aplicar-se à generalidade dos países em desenvolvimento (não constituindo o caso da Guiné-Bissau uma exceção), não só se encontra extremamente disseminada ao nível do senso comum e da opinião pública desse mesmo Norte global, como é também performativa, na medida em que afeta as representações da população migrante e a formulação de políticas em domínios como a regulação dos fluxos ou a cooperação para o desenvolvimento.

Na realidade, porém, a mobilidade humana, tanto na África Subsariana em geral como no caso particular da Guiné-Bissau, é muito mais diversa e complexa do que é assumido e sugerido pela imagem simplista atrás descrita – e este artigo recorre a este exemplo particular de modo a contribuir para desmontar essa mesma imagem. Como veremos, a população da Guiné-Bissau possui uma história de mobilidade muito antiga e diversa, associada a um vasto conjunto de determinantes ambientais, económicos, sociais e políticos, à qual se sobrepuseram posteriormente novas dinâmicas decorrentes das oportunidades e constrangimentos decorrentes da trajetória colonial e pós-colonial deste território. Em virtude disso mesmo, a Guiné-Bissau, tal como a generalidade dos países da África Subsariana, caracteriza-se por uma sobreposição e articulação complexas de dinâmicas de mobilidade que ultrapassam em muito a imagem simplista veiculada no início desta introdução.

Este artigo visa, assim, contribuir para um melhor conhecimento destas dinâmicas de mobilidade, dos determinantes estruturais que lhe estiveram e estão associados, e das suas consequências ao nível dos padrões de dispersão interna e internacional da população deste território. Para esse efeito, apresenta uma panorâmica histórica das principais dinâmicas de mobilidade interna no interior deste território e de migração internacional com origem nele (parte 2), seguida de uma breve caracterização qualitativa e quantitativa da diáspora guineense na atualidade (parte 3). Nas conclusões (parte 4), salienta-se o caráter estrutural dos determinantes das dinâmicas de mobilidade analisadas e argumenta-se, em termos mais gerais, em favor de uma abordagem ao estudo das migrações que tenha em conta a diversidade da mobilidade humana e que privilegie o método histórico e os fatores de caráter estrutural.

[3] O modelo de Harris-Todaro postula que a intensidade dos movimentos migratórios entre duas regiões é uma função da diferença entre os níveis de rendimento nessas duas regiões ponderados pelas respetivas taxas de desemprego: Harris, John and Todaro, Michael, «Migration, unemployment and development: a two-setor analysis», *The American Economic Review,* 60(1), 1970, 126-142.

2. Guiné-Bissau: uma história de mobilidade

As migrações – e a mobilidade humana em geral – constituem um aspeto perene e central da história da Guiné-Bissau. Se isso é especialmente evidente no caso dos períodos colonial e pós-colonial, não é menos verdade no que se refere ao seu passado pré-colonial: com efeito, a diversidade e importância dos movimentos populacionais ocorridos ao longo de toda a história deste território constituem uma eloquente refutação do mito da imobilidade das sociedades pré-modernas, tal como enunciado na introdução deste artigo.

As primeiras fontes históricas relativas à sub-região da África Ocidental remontam ao século XI da nossa era e consistem em registos de cronistas e historiadores árabes.[4] Por esse motivo, possuímos um conhecimento bastante mais sistemático relativamente aos eventos e dinâmicas posteriores a esta época do que em relação àqueles que lhe são anteriores – nomeadamente no que se refere aos milénios em que decorreu o povoamento do atual território guineense por parte dos grupos populacionais cuja posterior reorganização deu origem ao mosaico de grupos étnicos animistas presentes na Guiné-Bissau atual e, principalmente, nas suas regiões costeiras e insulares. Ainda assim, os vestígios arqueológicos revelam que a sub-região da África Ocidental foi originalmente povoada há milénios, tendo posteriormente passado por processos extremamente profundos de transformação social, que incluíram a domesticação endógena de espécies agrícolas locais e um afluxo migratório de grandes dimensões e importância por parte de grupos pastoralistas oriundos das regiões do Sara e Sahel por volta de 4.000-3.000 a.C., em consequência da conclusão do processo de desertificação do Sara por volta desta altura.[5]

Sabe-se, assim, que o território da Guiné-Bissau atual era já habitado há muito tempo, tendo já passado por diversas e profundas recomposições societais e populacionais, quando teve lugar, já no período estritamente histórico, a primeira das expansões guerreiras dos dois grandes grupos etnolinguísticos que constituem atualmente a larga maioria da população *islamizada* deste país. A primeira destas expansões foi a do grupo étnico mandinga (também conhecido como malinke), cuja presença no território da atual Guiné-Bissau remonta ao século XIII;[6] a segunda, vários séculos mais tarde, teve lugar no contexto da *jihad* levada a cabo a partir do século XVIII pelos fulas (também designados por *peul* ou *fulani*), oriundos da região de Futa Djallon (na atual Guiné-Conacri), a qual envolveu a subjugação, e nalguns casos conversão, de diversos grupos pré-existentes (incluindo os próprios mandingas desta região, cujo Reino de Kaabu, vassalo do império mandinga do Mali, foi derrotado na batalha de Kansala em 1868 e subsequentemente convertido ao Islão).[7] A coexistência híbrida e sincrética de elementos animistas e muçulmanos que caracteriza a matriz cultural guineense na atualidade é, por isso, ela própria um produto

[4] Davidson, Basil, *A History of West Africa: 1000-1800*, London, Longman, 1978.
[5] McIntosh, Susan and McIntosh, Roderick, «New perspectives on the later prehistory of West Africa», *Journal of World Prehistory,* 1(2), 1988, 89-133.
[6] Pélissier, René, *História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia*, Lisboa, Estampa, 1989.
[7] Pélissier (ibid).

de movimentos populacionais de grande importância histórica, no contexto dos quais grupos animistas pré-existentes, caracterizados por formas de organização sociopolítica relativamente mais elementares e fragmentadas, foram empurrados em direção à costa atlântica, subjugados e/ou aculturados por dois grandes estados do interior do continente dotados de superiores capacidade militar e organização sociopolítica – um dos quais (os fulas) foi o principal responsável pela expansão do Islão na África Ocidental.

Paralelamente a estas dinâmicas intracontinentais de expansão, recomposição e aculturação, a redescoberta do território da Guiné-Bissau atual por parte dos navegadores portugueses e a subsequente fundação de entrepostos comerciais a partir do século XVI[8] estiveram também na origem de movimentos e recomposições populacionais significativos – designadamente, através da frequente relocalização de parte da população local para as áreas em redor das feitorias e entrepostos portugueses, a fim de realizar trocas comerciais e tirar partido das oportunidades económicas aí existentes.[9] O caso de Geba, localidade onde os navegadores e mercadores portugueses fundaram uma feitoria no século XVII, é especialmente interessante, na medida em que os processos de miscigenação e de conversão ao Cristianismo de parte da população local estiveram na origem da emergência de um grupo sociocultural distinto – os cristãos de Geba – que persiste até aos nossos dias como referente hetero e autoidentitário a um nível análogo, por exemplo, aos fulas, mandingas, manjacos ou balantas. Assinale-se, entretanto, que a aculturação foi um processo de duplo sentido, tal como ilustrado pelo exemplo dos *lançados* – mercadores e aventureiros portugueses que penetraram no interior do território guineense e adotaram práticas linguísticas e culturais locais. Com efeito, foram precisamente estes processos de hibridização e aculturação mútua que estiveram na origem da emergência e desenvolvimento da língua e cultura crioulas ao longo dos séculos subsequentes.[10]

O período de colonização efetiva do território iniciou-se em finais do século XIX (no contexto da chamada "partilha de África") e envolveu uma série de campanhas de "pacificação" levadas a cabo pelo exército colonial português contra os grupos locais que resistiam à sua dominação.[11] Estas guerras constituíram uma importante causa de movimentos populacionais significativos, como também o foram a subsequente introdução de impostos coloniais, os trabalhos forçados (principalmente no contexto da construção de infraestruturas) e a imposição de culturas agrícolas obrigatórias por parte da administração colonial.[12] Por exemplo, a grande migração balanta a partir do seu território "original" na região de Oio em direção ao sul do território guineense, na primeira metade do século XX, terá sido essencialmente motivada pela escassez de arroz no norte do território, por sua vez provocada pelas alterações na organização social da produção agrícola decorrentes da imposição do cultivo do amendoim por parte da administração colonial.[13]

---

8 A redescoberta do território guineense é habitualmente atribuída a Nuno Tristão, por volta de 1446, tendo a primeira feitoria portuguesa em território guineense, Cacheu, sido fundada em 1588 (Pélissier, ibid).
9 Nafafé, José, *Colonial Encounters: Issues of Culture, Hybridity and Creolisation*, Frankfurt, Peter Lang, 2007.
10 Nafafé (ibid).
11 Pélissier (ibid).
12 Carreira, António e Meireles, Artur, «Notas sobre os movimentos migratórios da população natural da Guiné Portuguesa», *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, XIV(53), 1959, 7-19.
13 Van der Ploeg, Jan, «Autarky and technical change in rice production in Guinea-Bissau: on the importan-

Por outro lado, a existência de dinâmicas significativas de mobilidade neste território, tanto na era moderna como muito antes dela, esteve sempre associada a um conjunto alargado de fatores que não se limitavam às oportunidades e constrangimentos introduzidos por exércitos invasores e outras causas externas. Pelo contrário, fatores internos, tais como a pressão demográfica sobre a terra, a deterioração dos solos ou os resultados de disputas no âmbito de estruturas políticas tradicionais estiveram, também, de forma consistente e desde tempos remotos, na origem de movimentos populacionais significativos.[14] Para muitas comunidades costeiras e insulares, a mobilidade no contexto do ciclo agrícola é uma prática secular que permaneceu até aos nossos dias, envolvendo a deslocação de umas áreas para as outras a fim de cultivar diferentes colheitas em diferentes alturas do ano. Fora do contexto estritamente agrícola, os manjacos, papeis e mancanhas têm uma longa tradição de migração temporária para sul, leste e em direção a Bissau em busca de emprego durante a estação seca, naquela que é a época de menor actividade no que concerne à produção de arroz.[15] Adicionalmente, muitas comunidades pastoralistas do Leste do território guineense permaneceram seminómadas até meados do século XX – continuando ainda hoje a praticar a transumância, ainda que de forma residual. O que todos estes exemplos mostram é que, embora o período de colonização efetiva, com a conflitualidade, repressão e imposição de mudanças ao nível da organização socioeconómica que lhe estiveram associadas, tenha estado na origem de dinâmicas e padrões específicos de mobilidade, estes vieram apenas sobrepôr-se (acentuando ou modificando) a uma longa tradição de mobilidade temporária ou permanente por uma variedade de motivos, partilhada pela generalidade dos grupos populacionais presentes neste território.

A emergência da primeira corrente migratória significativa da era contemporânea em direção ao exterior do território da atual Guiné-Bissau teve lugar em meados do século XIX[16] e correspondeu à migração, principalmente por parte de indivíduos pertencentes aos grupos étnicos mancanha e manjaco, em direção ao sul do Senegal, em busca de emprego nas plantações de amendoim, com vista à colheita de borracha e, mais tarde, em atividades não-agrícolas como o trabalho doméstico.[17] Estes movimentos populacionais foram inicialmente induzidos pelo aumento da pressão demográfica sobre a terra na região Norte e pela proximidade ao Senegal, tendo posteriormente sido reforçados pela "pacificação" e repressão coloniais – e pela crescente consciencialização de que as estra-

ce of commoditization and de-commoditization as interrelated processes». In Haswell, M. and Hunt, D. (eds.) *Rural Households in Emerging Societies*, Oxford, Berg Publishers, 1990, 93-113. Temudo, Marina «From the margins of the State to the presidential palace: the Balanta case in Guinea-Bissau», *African Studies Review*, 52(2), 2009, 47-67.

14 Carreira e Meireles (ibid); Jao, Mamadu, «Origem étnica e migração entre os mancanha da Guiné-Bissau», *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, nova série(6), 2003, 107-120.

15 Cardoso, Leonardo, «Subsídios para o estudo dos movimentos migratórios na Guiné-Bissau», *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, nova série (3), 2002, 29-50.

16 Excluindo aqui a mobilidade transfronteiriça de âmbito relativamente local (por exemplo, no contexto de cerimónias de iniciação) por parte de grupos etnolinguísticos cujos territórios habituais extravasam as fronteiras Norte e Sul, como os felupes (também designados por diolla) no Norte, ou os nalu e os sosso no Sul.

17 Gable, Eric, «The Culture Development Club: youth, neo-tradition, and the construction of society in Guinea-Bissau», *Anthropological Quarterly*, 73(4), 2000,195-203; Jao (ibid).

tégias migratórias constituíam uma via possível para a emancipação individual em contextos sociais considerados opressivos devido a práticas como os casamentos forçados.[18]

Num segundo momento, e parcialmente em consequência da sua experiência de navegação enquanto grupo populacional costeiro, os manjacos viriam então a consolidar e diversificar esta corrente migratória ao procurarem emprego, de forma crescente, na marinha mercante colonial francesa. Isso acabaria por conduzir à instalação em França dos primeiros pioneiros intercontinentais manjacos em inícios do século XX[19] e à subsequente consolidação de um sistema migratório ligando o norte da Guiné-Bissau, o Senegal (incluindo a Gâmbia, que se encontra inteiramente incrustada em território senegalês) e a França.[20] Precisamente em consequência das origens deste processo, a numerosa comunidade de origem manjaca atualmente residente em França encontra-se ainda fortemente concentrada nas principais cidades portuárias ou na sua vizinhança – particularmente em Marselha e ao longo do vale do Sena, entre Le Havre e Paris[21] –, pese embora o facto de, naturalmente, a maior parte destes migrantes e dos seus descendentes ter posteriormente ocupado segmentos socioprofissionais distintos, com especial destaque para o setor da construção automóvel no contexto das décadas "douradas" de crescimento económico e expansão industrial após a 2ª Guerra Mundial.[22]

A fase final do período colonial esteve também associada a movimentos populacionais significativos, internos e externos, principalmente em consequência da guerra de independência que teve lugar entre 1963 e 1974. À medida que o conflito se intensificou, verificou-se um crescente afluxo populacional em direção à capital com vista a escapar aos efeitos diretos da guerra, o qual despoletou um processo de urbanização que, por razões distintas, haveria de persistir e acelerar no período após a independência. Também durante a guerra e um pouco por todo o território, numerosas comunidades rurais foram voluntária ou coercivamente agrupadas e/ou deslocadas, tanto pela administração colonial como pelo exército de libertação (PAIGC), a fim de subtrair as respetivas populações ao controlo inimigo. Por outro lado, verificou-se também uma intensificação dos fluxos com destino ao exterior do território, com o objetivo de escapar tanto ao conflito propriamente dito, como à intensificação da repressão política por parte da administração colonial.[23] Na sua maioria, estes fluxos tiveram como destino o Senegal, reforçando ainda mais o contingente guineense presente nesse país, mas dirigiram-se também, em menor grau, para a República da Guiné (Conacri), onde se situava o quartel-general do PAIGC durante a guerra de independência.

---

18 Jao (ibid).

19 Curiosamente, a expressão que designa na língua manjaca estes primeiros migrantes que rumaram a França reflecte precisamente o processo que esteve na origem desta corrente migratória: "napat ubabu", ou "aqueles que remam (*napat*) para a terra dos brancos (*nababu*)".

20 Carreiro, Maria, *Arquitectos de um Espaço Transnacional Lusófono: A Diáspora Guineense em Portugal*, Lisboa, Fundação Portugal-África, 2011.

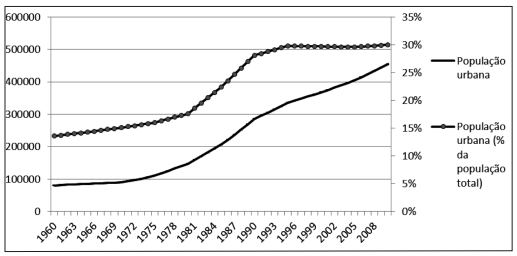
21 GRDR, *Répertoire des Associations de Migrants de Guinée-Bissau*, Montreuil, GRDR, 2010.

22 A comunidade de origem manjaca residente em França caracteriza-se, porém, por uma grande invisibilidade estatística, por um lado em virtude do facto de muitos terem migrado enquanto senegaleses (tendo adquirido originalmente a sua documentação já neste último país) e, por outro lado, em resultado do caráter assimilacionista da política de integração francesa. Um aspeto particularmente curioso desta migração e assimilação por etapas (Guiné-Bissau – Senegal – França) consistiu na galicização de apelidos de raiz portuguesa: Gomis, Mendy e Saha – apelidos muito comuns entre a comunidade de origem manjaca residente em França (incluindo alguns jogadores de futebol internacionais franceses) – correspondem à galicização de, respectivamente, Gomes, Mendes e Sá.

23 Cardoso (ibid).

O período que se seguiu à independência em 1973-74 trouxe consigo um conjunto de novas mudanças ao nível dos padrões de mobilidade, tanto nacional como internacional. A expansão das oportunidades económicas em Bissau, associada à substituição da administração colonial por uma administração local, intensificou os processos de migração rural-urbana e urbanização que haviam sido despoletados pela guerra (Figura 1). Por outro lado, muitos (embora nem todos) os colonos portugueses regressaram à metrópole, tendo sido acompanhados neste processo por uma primeira vaga de migrantes "luso-guineenses" (tipicamente pertencentes à "sociedade crioula" de Bissau, com um estatuto social relativamente elevado e caracterizados por diversos tipos de ligações à antiga administração colonial[24]). Esta constituiu a primeira fase no desenvolvimento e consolidação de um sistema migratório pós-colonial ligando a Guiné-Bissau com a sua antiga metrópole, o qual emergiu de forma paralela (e com escassas ligações) à migração para França via Senegal. Com efeito, embora ao longo das décadas subsequentes tenha havido alguma sobreposição temporal entre estas duas grandes correntes migratórias, numa perspetiva de médio/longo prazo podemos afirmar que a migração para Portugal foi em grande medida sucessora da migração para França, uma vez que a renovação dos fluxos migratórios para este último país entrou em declínio (em grande medida devido à contração económica da década de 70 e às restrições adicionais à imigração então impostas em França), precisamente na altura em que a migração para Portugal emergiu de forma significativa. Por outro lado, o final da guerra e a independência recém-alcançada estimulou também o regresso de parte da população guineense que havia procurado refúgio no Senegal, embora este processo tenha tido lugar de forma apenas gradual e tenha continuado a ser compensado por novos fluxos de saída, na medida em que os fatores que lhes estavam subjacentes não se limitavam ao conflito e à repressão colonial.

Fig. 1: População urbana da Guiné-Bissau (valor absoluto e % da população total), 1960-2009



Fonte: World Bank Development Indicators

O golpe de estado de 14 de novembro de 1980, que derrubou o Presidente Luís Cabral e implicou a plena separação política da Guiné-Bissau e Cabo Verde, teve também como consequência a remoção de numerosos quadros de origem cabo-verdiana, tanto

[24] Machado, Fernando Luís, *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta, 2002.

de cargos de responsabilidade política como da estrutura da administração pública, tendo boa parte destes rumado a Cabo Verde ou a Portugal. As perseguições, repressão e exílios no período pós-independência não se iniciaram, porém, com o golpe de estado de 1980, pois já no período anterior um número considerável de pessoas (nomeadamente antigos combatentes guineenses que haviam servido no exército colonial) fora forçado a abandonar o país de modo a evitar consequências mais graves, tendo muitos sido detidos e executados nos primeiros anos após a independência.

Enquanto a presidência de Luís Cabral (1973-1980) se caracterizara por uma política económica desenvolvimentista de inspiração socialista, com a tentativa de criação de um setor empresarial estatal alargado, a década que se seguiu (sob a liderança autocrática de João "Nino" Vieira) correspondeu à gradual adoção de uma postura bastante mais pragmática e orientada para a satisfação das exigências dos doadores externos, consumada, em 1986, com a implementação de um programa de ajustamento estrutural de acordo com os cânones do Consenso de Washington.[25] Tanto num período como no outro, porém, o setor agrário e as áreas rurais foram objeto de um misto de subordinação e abandono: no período desenvolvimentista, através da adoção planificada de termos de troca rurais-urbanos que penalizavam a produção agrícola, com vista a extrair parte do excedente agrário de forma a propulsionar a criação de um setor empresarial urbano-industrial alargado; no período que se seguiu à liberalização, através do abandono da intervenção estatal ao nível tanto dos serviços de extensão rural como da construção de infraestruturas de apoio à produção e comercialização, e ainda através do incentivo à especialização numa monocultura (caju) caracterizada por cadeias de valor monopsonísticas e preços decrescentes no mercado internacional. O viés urbano, primeiro através da extração deliberada do excedente e depois por via do abandono das áreas rurais e do setor agrícola, foi, assim, uma característica constante e central da política económica pós-independência,[26] a qual contribuiu sobremaneira para intensificar ainda mais a migração rural-urbana durante todo o período entre a independência e meados da década de 1990 (altura em que a taxa de urbanização começou finalmente a exibir sinais de estabilização: Figura 1).[27] O período de ajustamento estrutural, pesem embora as proclamadas intenções de libertar a produção agrícola dos constrangimentos da planificação pró-urbana e pró-industrial que o antecedeu, correspondeu na verdade ao pico da migração interna em direção a Bissau, uma vez que implicou um agravamento adicional das já difíceis condições de vida nas áreas rurais.

---

[25] Imbali, Faustino, *Efeitos socio-económicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau*, Bissau, INEP, 1993.

[26] Tendo-o sido também no período colonial: Galli, Rosemary, «Liberalisation is not enough: structural adjustment and peasants in Guinea-Bissau», *Review of African Political Economy*, 49, 52-68; Galli, Rosemary, «Capitalist agriculture and the colonial state in Portuguese Guinea, 1926-1974», *African Economic History*, 23, 51-78.

[27] Um outro fator que contribuiu para este processo foi a gradual substituição da produção de arroz, para consumo local, pela produção de castanha de caju, com destino ao mercado internacional, devido ao facto dos requisitos em termos de mão-de obra desta última serem temporalmente mais concentrados do que os da primeira.

Neste contexto, a migração para Portugal, que registou uma intensificação substancial a partir da década de 80, constituiu uma válvula de escape importante. Esta segunda grande vaga migratória para a antiga metrópole assumiu, porém, características qualitativas distintas da primeira, sendo bastante mais diversa em termos de origens étnicas, geográficas e sociais, caracterizando-se por uma maior masculinização e níveis médios de escolaridade mais baixos, e orientando-se mais claramente para o mercado de trabalho secundário.[28] Ao nível do país de destino, este processo foi facilitado pela legislação e controles migratórios relativamente mais permissivos então vigentes em Portugal e pelo aumento da procura de mão de obra decorrente da adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 e consequente afluxo de fundos comunitários. O setor da construção civil e obras públicas, em particular, registou uma expansão sem precedentes entre essa altura e meados da década de 2000, tendo sido responsável, ao longo dessas duas décadas, pela incorporação laboral de dezenas de milhares de migrantes guineenses.

Uma outra subcategoria da migração internacional guineense que emergiu no período pós-independência, tendo persistido até à atualidade, consistiu na migração de estudantes, tipicamente no âmbito de acordos de cooperação intergovernamental com os países recetores. Os países do antigo bloco de Leste assumiram um papel preponderante a este nível nas décadas de 70 e 80, mas os destinos da migração estudantil diversificaram-se bastante nas décadas seguintes: Portugal, Alemanha, Brasil, Itália, Cuba e Marrocos, entre outros, tornaram-se, todos eles, importantes parceiros internacionais da Guiné-Bissau no contexto deste tipo de acordos, o que esteve na origem da formação e consolidação de comunidades guineenses significativas nalguns destes países, por via da transição da formação universitária para o mercado de trabalho.

A guerra (ou "conflito político-militar") de 1998-99 (que opôs a maioria das forças armadas guineenses, por um lado, aos apoiantes minoritários do Presidente Nino Vieira e aos exércitos do Senegal e Guiné-Conacri, por outro) foi o mais recente evento a desencadear movimentos populacionais abruptos. Devido ao facto dos confrontos terem tido lugar principalmente na cidade de Bissau e nos seus arredores, mais de 200.000 habitantes da capital (segundo algumas estimativas[29]) terão abandonado a cidade e procurado refúgio nas áreas rurais durante os meses do conflito. Por outro lado, alguns milhares de elementos da elite mais qualificada da capital, tendo conseguido mobilizar os recursos necessários no tempo disponível, abandonaram o país (principalmente para Portugal), tendo uma parte acabado por permanecer no exterior após o final do conflito.

Finalmente, a década de 2000 pode ser caracterizada como correspondendo ao período de diversificação geográfica da diáspora guineense, com a transição de um

[28] Machado (ibid).
[29] Temudo, Marina, «A narrativa da degradação ambiental no Sul da Guiné-Bissau», *Etnográfica*, 13(2), 237-264.

regime largamente assente em antigas ligações coloniais (França, via Senegal) e pós-coloniais (Portugal), para um outro bastante mais flexível, diverso e correlacionado com as dinâmicas de curto prazo dos mercados de trabalho dos diferentes países de acolhimento. Dois fatores, em particular, contribuíram significativamente para esta transição: por um lado, a aquisição de nacionalidade portuguesa ao longo dos anos por parte de numerosos migrantes guineenses residentes em Portugal, a qual tornou bastante mais fácil a sua circulação no espaço europeu; por outro lado, a gradual desaceleração da economia portuguesa ao longo da década, que afetou com especial acuidade o setor da construção civil e obras públicas, reduzindo substancialmente as oportunidades de trabalho disponíveis para a população imigrante em geral e guineense em particular. As estratégias adotadas pelos migrantes guineenses em resposta a estes desenvolvimentos desfavoráveis incluíram o retorno (mais ou menos temporário) à Guiné-Bissau, a tentativa de inserção noutros segmentos do mercado de trabalho secundário (como o setor da segurança e vigilância) e, no caso de muitos milhares, a remigração para outros contextos de acolhimento cujos mercados de trabalho continuaram, pelo menos durante algum tempo, a exibir maior dinamismo. Espanha assumiu especial relevância neste contexto, emergindo rapidamente como um dos mais importantes pólos da diáspora em termos quantitativos: o facto de este país ter continuado a registar um ritmo de crescimento económico pujante (e muito assente na construção civil), numa altura em que a economia portuguesa se encontrava já estagnada, permitiu um aumento exponencial da comunidade guineense residente em Espanha (nomeadamente em Madrid, no País Basco e na região agrícola de Almeria) durante a segunda metade da década de 2000. Porém, são também muitos os indícios da emergência de países como o Reino Unido ou o Luxemburgo como importantes novas extensões da diáspora nos últimos anos[30], principalmente na sequência de processos de remigração não só a partir de Portugal como, também, curiosamente, de Espanha (na sequência da mais tardia mas abrupta contração do mercado de trabalho neste último país).

3. Breve caracterização da diáspora guineense na atualidade

A tentativa de caracterização qualitativa e quantitativa da diáspora guineense é uma tarefa que envolve diversos obstáculos e dificuldades. Em primeiro lugar, os dados estatísticos encontram-se dispersos por diferentes fontes em diferentes países de acolhimento, padecem de problemas de fiabilidade (dadas as limitações dos métodos de recolha que lhes estão subjacentes) e, no caso de alguns países de acolhimento, não são disponibilizados publicamente devido à reduzida dimensão absoluta das comunidades guineenses aí presentes. Em segundo lugar, com exceção de alguns estudos académicos maioritariamente referentes ao caso português, são escassos os trabalhos publicados que se têm debruçado sobre as características quantitativas e qualitativas das comunidades guineenses residentes no exterior do seu país de origem. Em terceiro lugar, a diáspora guineense caracteriza-se por uma considerável invisibilidade estatística no caso

[30] Carreiro (ibid).

de alguns contextos de acolhimento, tanto devido ao caráter irregular de parte dos contingentes aí presentes, como, particularmente no caso dos países europeus, devido ao facto de muitos migrantes de origem guineense serem nacionais de outros países (quer por via da aquisição da nacionalidade portuguesa ou francesa ao fim de alguns anos de permanência, quer devido ao facto de uma parte considerável da migração para França ter tido lugar via Senegal e com documentação obtida neste último país). Finalmente, a flexibilidade exibida pelos fluxos migratórios guineenses em resposta a alterações nas condições socioeconómicas, particularmente nos tempos mais recentes, a par da porosidade das fronteiras (entre a Guiné-Bissau e o Senegal e entre Portugal e Espanha, por exemplo) colocam dificuldades adicionais à caracterização da dispersão geográfica desta diáspora. Todos estes constrangimentos obrigam a que triangulemos os escassos dados estatísticos disponíveis com alguma informação qualitativa (mais *ad hoc* mas também, tipicamente, mais atualizada), à luz das dinâmicas históricas apresentadas na secção anterior, a fim de obtermos uma imagem mais completa e fidedigna das principais características atuais desta diáspora.

A Global Migrant Origin Database,[31] referente ao ano de 2007 e produzida pelo Sussex Centre for Migration Research (SCMR) com base na compilação de diversas fontes oficiais, indica que o mais numeroso pólo da diáspora guineense é o Senegal (com uma comunidade guineense estimada em 32.628), seguido por Portugal (21.435), a Gâmbia (17.130) e França (8.125). Se adicionarmos a estes valores as comunidades menos numerosas existentes nos restantes países de acolhimento, chegamos a um contingente total residente fora da Guiné-Bissau consistente com o total de 111.300 migrantes internacionais (ou 6,8% da população total) referido pelo Banco Mundial.[32] Porém, são fortes os indícios de que estes valores subestimam a real dimensão quantitativa destas comunidades em diversos casos – e que, consequentemente, a estimativa global peca, também ela, por defeito.

No caso do Senegal, é provável que o número dos guineenses aí residentes no final dos anos 80, estimado em 87.000 por Galli e Jones em 1987,[33] tenha registado uma redução desde então. Porém, independentemente dos cerca de 33.000 indicados na base de dados do SCMR subestimarem ou não o contingente guineense aí residente, este continua provavelmente a ser o principal contexto de acolhimento dos guineenses residentes no estrangeiro (especialmente se incluirmos a Gâmbia, cujo território se encontra inteiramente incrustado no Senegal e que pertence, em termos funcionais, ao mesmo sistema migratório). Em termos gerais, estes migrantes encontram-se principal-

[31] Acessível no endereço de Internet: http://www.migrationdrc.org/research/typesofmigration/global_migrant_origin_database.html. É importante assinalar que esta base de dados reúne informação estatística que tem por base tanto o critério da naturalidade (critério primário) como o da nacionalidade (critério complementar), de modo a produzir uma única matriz bilateral de origens e destinos. Este facto deve ser tido em conta ao longo da discussão levada a cabo nas páginas seguintes, que aliás recorre ela própria, de forma complementar, a dados provenientes de outras fontes estatísticas.

[32] World Bank, *Migration and Remittances Factbook*, Washington, DC, The World Bank, 2011.

[33] Galli, Rosemary and Jones, Jocelyn, *Guinea-Bissau: Politics, Economy and Society,* London, Frances Pinter, 1987.

mente concentrados na região de Casamança (imediatamente a norte da Guiné-Bissau) e em Dacar – para além da Gâmbia –, exibem uma elevada taxa de feminização e desempenham, na sua maioria, profissões relativamente pouco qualificadas e de baixas remunerações, como as limpezas domésticas ou a tecelagem e produção de bordados.

A estimativa da população guineense residente em Portugal indicada pelo SCMR (21.435) subestima também, seguramente, a real importância quantitativa da comunidade presente neste país. O Eurostat refere valores ligeiramente superiores (23.672 em 2010, sugerindo uma redução considerável face aos 28.871 de 2008)[34], ao passo que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras português indica a presença de 19.817 nacionais guineenses em situação regular à data de 31 de dezembro de 2010 (contra 22.945 em 2009).[35] Porém, tanto a generalidade dos investigadores que se têm debruçado sobre esta comunidade como os membros da própria comunidade entrevistados referem habitualmente que, se tivermos também em conta os migrantes em situação irregular e aqueles que adquiriram entretanto a nacionalidade portuguesa (para além, eventualmente, dos descendentes de todos estes), o número total de indivíduos de origem guineense residentes em Portugal corresponderá provavelmente a, pelo menos, 40.000.

Dito isto, há seguramente razões para crer que a comunidade guineense residente neste país terá registado uma redução substancial nos últimos anos, quer por via de alguma migração de retorno à Guiné-Bissau, quer, principalmente, por via de fluxos recentes de remigração para contextos que, do ponto de vista estatístico, são ainda bastante invisíveis: Espanha, cuja comunidade guineense era estimada pelo SCMR em 2007 como correspondendo a 2.226 indivíduos, mas que (apesar da redução que se seguiu, nos tempos mais recentes, ao aumento exponencial do final da década passada) será seguramente várias vezes maior do que isso (com o Eurostat a apresentar uma estimativa de 6.679 em 2010); ou o Reino Unido, para o qual a estimativa do SCMR corresponde a uns meros 539, mas em relação ao qual as declarações de elementos da própria comunidade aí residente, a par das frequentes referências à remigração para este país por parte de representantes da comunidade residente em Portugal, permitem apontar para um número na ordem dos 5.000 a 10.000 (apesar de serem ainda invisíveis também para o Eurostat).

As características qualitativas da comunidade guineense residente em Portugal refletem a sobreposição das diversas vagas migratórias com destino a este país ao longo das três décadas e meia após a independência – incluindo fluxos migratórios relativamente qualificados, principalmente nos primeiros anos após a independência e aquando do conflito de 1998-99; a migração predominantemente laboral, masculina e relativamente pouco qualificada, cujo pico terá tido lugar entre meados da década de 1980 e a década de 2000; e ainda a migração (e posterior transição para o mercado de trabalho) por parte de estudantes universitários guineenses. Verifica-se, em virtude de tudo isto,

[34] Fonte: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/population/data/database# .
[35] Fonte: sefstat.sef.pt.

uma sobrerrepresentação por parte dos migrantes guineenses tanto nos segmentos menos qualificados do mercado de trabalho secundário (especialmente a construção civil e limpezas domésticas) como nalguns segmentos altamente qualificados (sobretudo médicos, mas também engenheiros e outros profissionais de elevadas qualificações).[36]

De todos os contextos de acolhimento que contam com comunidades de origem guineense relativamente numerosas, França é aquele onde a sub-representação estatística é provavelmente maior. Segundo os dados do SCMR, a comunidade guineense residente neste país não excederia os 8.125 em 2007, enquanto o Eurostat refere uns meros 2.491 em 2005 (número bastante suspeito, mesmo face aos 7.596 estimados pela mesma fonte para o ano de 1999). O Instituto de Estatística francês (INSEE[37]) indica a existência de 1.714 indivíduos economicamente ativos de nacionalidade guineense residentes em França em 2006. Apesar de tudo isto, porém, não há qualquer dúvida que a França continua a ser um dos dois mais importantes pólos da diáspora guineense na Europa em termos quantitativos (juntamente com Portugal), independentemente da vasta maioria destes migrantes (e dos seus descendentes) não surgirem nas estatísticas como guineenses, em virtude de possuírem nacionalidade francesa ou senegalesa. Segundo alguns representantes desta comunidade, em entrevistas com o autor deste artigo, a dimensão total da comunidade de origem guineense residente em França poderá rondar os 50.000 – um número muito mais consistente do que todos os anteriores com o facto de se estimar existirem cerca de duzentas organizações da diáspora guineense em França.[38] Em qualquer dos casos, trata-se de um sistema migratório que atingiu há muito a maturidade e que tem vindo a registar, há já várias décadas, uma redução substancial ao nível da renovação dos fluxos. Ainda assim, continua a ser uma comunidade que mantém laços efetivos importantes com as suas comunidades de origem na Guiné-Bissau (nomeadamente em termos de visitas regulares e do envio de remessas individuais e coletivas), pelo que a sua importância não deve ser subestimada em consequência da sua maior invisibilidade estatística.

Para concluir esta breve caracterização quantitativa e qualitativa da diáspora guineense, é necessário referir ainda um conjunto de outros contextos de acolhimento que, por diversas razões e através de diferentes mecanismos, emergiram em diferentes momentos como pólos adicionais de concentração de migrantes guineenses, mas em relação aos quais existe uma quase total ausência de informação secundária: a Alemanha (estimativa SCMR: 5.701, provavelmente decorrentes da migração de estudantes e da emergência subsequente de uma corrente migratória laboral); outros destinos na África Ocidental, como a Guiné-Conacri (est. 7.326), o Burkina Faso (est. 7.448) e o Gana (est. 6.107), em relação aos quais se conhece ainda menos, mas no contexto dos quais a migração guineense está provavelmente relacionada com o funcionamento de

[36] Cf. o artigo de João Có neste volume.
[37] Fonte: http://www.insee.fr/fr/themes/detail.asp?reg_id=99&ref_id=pop-immigree-pop-etrangere .
[38] GRDR (ibid).

redes comerciais intraétnicas e com mecanismos de recrutamento laboral "pela base";[39] Cabo Verde, onde as estimativas informais de membros do governo guineense apontam para uma comunidade de origem guineense que ronda os 10.000, constituídos por um elevado número de migrantes relativamente pouco qualificados, mas incluindo também muitos professores do ensino secundário e outros profissionais qualificados que trocaram a Guiné-Bissau por Cabo Verde nas décadas de 70 e 80 (alguns dos quais remigraram subsequentemente para os Estados Unidos, seguindo os percursos migratórios cabo-verdianos); e ainda o Luxemburgo, Brasil e Itália, cujas comunidades guineenses decorrem de dinâmicas referidas na segunda parte deste artigo[40].

4. Conclusões: para um entendimento mais adequado da mobilidade humana e dos seus determinantes

O objetivo principal deste artigo consistiu em apresentar uma panorâmica histórica das dinâmicas de mobilidade interna e migração internacional com origem na Guiné-Bissau, chamando a atenção para as suas raízes históricas profundas e para a sua diversidade e complexidade. Vimos, assim, que a história deste território é toda ela uma história de mobilidade por parte da população que o habita e que o mito da imobilidade pré-moderna carece, aqui como noutros contextos, de fundamento. Vimos, também, que os processos de mobilidade e migração interna ao longo da história da Guiné-Bissau não se limitam à migração rural-urbana, sendo que mesmo esta última não é uma consequência automática da "modernização", mas sim um produto histórico de dinâmicas político-económicas contingentes e identificáveis. Vimos ainda que a migração intercontinental com origem na Guiné-Bissau não é uma mera consequência automática dos diferenciais de rendimento face ao Norte global, mas sim um processo que segue padrões geográficos específicos e determinados historicamente de forma sistémica. E vimos, finalmente, de que forma é que os níveis de urbanização da sociedade guineense e as características quantitativas e qualitativas da sua diáspora global são um reflexo das dinâmicas de mobilidade e migração anteriormente referidas.

A análise dessas dinâmicas e das suas consequências em termos de dispersão populacional deixa bastante claro que é impossível compreender adequadamente as origens, características e evolução dos diversos padrões de mobilidade e correntes migratórias sem recorrer, de forma central, a proposições causais assentes em fatores de caráter estrutural. No que se refere às áreas de origem dos movimentos migratórios, assinalaram-se aqui, entre outros fatores, a pressão demográfica sobre a terra; os constrangimentos introduzidos pelo colonialismo; o viés urbano das opções de política económica após a independência; e a especialização, no contexto de um processo de ajustamento es-

[39] Aos quais podemos provavelmente acrescentar Angola, por via da ligação lusófona e em consequência da expansão económica registada neste país na última década, em resultado da extração petrolífera. Um número significativo de guineenses tem procurado migrar para este país nos últimos anos, congregando-se de forma visível à porta do consulado de Angola em Bissau. Porém, o governo angolano tem-se mostrado pouco recetivo em relação à imigração para efeitos de trabalho, sendo improvável que o contingente guineense residente neste país exceda algumas centenas ou, no máximo, alguns milhares.

[40] Carreiro (ibid).

trutural, numa cultura agrícola direcionada para exportação caracterizada por preços decrescentes no mercado mundial e estrangulamentos ao nível da cadeia de valor. No que diz respeito às áreas de atração dos migrantes, sublinhou-se a importância de determinantes como a procura de mão de obra nas economias de plantação situadas na vizinhança regional; o viés urbano característico do período pós-independência (novamente); ou a procura de mão de obra relativamente pouco qualificada em contextos capitalistas mais avançados, como Portugal e França. Todos estes fatores têm raízes históricas e um caráter estrutural – independentemente de terem eventualmente sido catalisados, em cada contexto local, por acontecimentos mais ou menos contingentes.

Por outro lado, quando analisamos de que forma é que os diferentes incentivos estruturais à migração, na origem e no destino, se traduzem em diferentes dinâmicas migratórias concretas, verificamos que é necessário recorrer aos fatores explicativos habitualmente enfatizados pelas teorias dos sistemas e redes migratórios. Por exemplo, entre os contextos capitalistas mais avançados caracterizados por uma procura estrutural de mão de obra imigrante, a migração internacional com origem na Guiné-Bissau tendeu a dirigir-se para aqueles que mantinham relações sistémicas mais significativas com este país, decorrentes de fatores como a história colonial ou a língua – tornando-se depois a migração relativamente autossustentada em virtude da inércia introduzida pelas redes migratórias. Este modelo geral de emergência e consolidação de dinâmicas migratórias repete-se vezes sem conta ao longo da história das migrações guineenses: incentivos estruturais à migração decorrentes de alterações que comprometem ou ameaçam a subsistência nos contextos de origem (e não do nível de rendimento nesses contextos); existência de oportunidades de refúgio e/ou acesso a atividades produtivas ou emprego em contextos potenciais de acolhimento, que mantêm relações históricas e sistémicas com os contextos de origem; consolidação e sustentação das dinâmicas migratórias, uma vez criadas, devido à inércia introduzida pelas redes migratórias.

O exemplo da Guiné-Bissau mostra como o poder explicativo deste modelo geral é claramente superior ao de quaisquer tentativas simplistas de interpretação com base na modelação das escolhas racionais dos indivíduos ou agregados familiares, quer essas escolhas dependam em última instância de diferenciais ao nível do rendimento esperado (como no modelo de Harris-Todaro) ou do grau de incompletude dos mercados no contexto de estratégias de aversão ao risco (como nos modelos da nova economia das migrações[41]). Qualquer um destes últimos modelos é incapaz de explicar, por exemplo, porque é que regiões igualmente pobres da Guiné-Bissau se têm caracterizado historicamente por níveis e padrões de mobilidade muito distintos. Os indivíduos tomam decisões de forma mais racional ou menos racional, no âmbito de estratégias de caráter individual, familiar ou grupal, mas o cerne da explicação de fenómenos como as migrações e a mobilidade reside no contexto estrutural que enquadra e constrange essas decisões – e, particularmente, nas transformações por que passa esse contexto estrutural ao longo do seu processo de desenvolvimento histórico.

[41] Stark, Oded and Bloom, David, «The new economics of labour migration», *The American Economic Review*, 75(2), 1985, 173-178.

Num artigo anterior de caráter teórico,[42] o autor do presente artigo procede a uma crítica dos fundamentos ontológicos e epistemológicos tanto da teoria neoclássica das migrações como da nova economia das migrações (apresentando a segunda como um mero avatar, um pouco mais sofisticado mas igualmente problemático, da primeira). Nesse mesmo artigo, conclui-se com um apelo a uma "nova síntese histórico-estruturalista", que incorpore contributos teóricos tanto de autores que têm enfatizado as dinâmicas estruturais características das áreas de atração de migrantes, como de outros que se têm debruçado principalmente sobre essas mesmas dinâmicas no caso das áreas de origem dos fluxos migratórios. Uma tal "nova síntese", sugere-se também, pode ainda incorporar de forma vantajosa um conjunto de contributos habitualmente associados às teorias das redes e dos sistemas migratórios – as quais, apesar de serem habitualmente apresentadas como teorias rivais e de idêntico alcance, são na verdade compatíveis em termos tanto ontológicos como teóricos com as abordagens histórico-estruturalistas "tradicionais", ao mesmo tempo que são incapazes de, por si mesmas, proporcionar explicações plenamente satisfatórias para os processos migratórios realmente existentes. Neste contexto, o presente artigo, cujo caráter é principalmente empírico, visou proporcionar um melhor conhecimento da diversidade e evolução histórica das migrações guineenses como um fim em si mesmo, mas também, desejavelmente, validar o apelo atrás referido e corroborar a superioridade das abordagens ao estudo das migrações que adotem uma perspetiva histórica, estrutural e sistémica.

Referências bibliográficas

Abreu, Alexandre, «The new economics of labour migration: beware of neoclassicals bearing gifts», *Forum for Social Economics,* no prelo, disponível "*online first*" no endereço: http://www.springerlink.com/content/q6r14x15657l1v1k.

Cardoso, Leonardo, «Subsídios para o estudo dos movimentos migratórios na Guiné-Bissau», *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, nova série (3), 2002, 29-50.

Carreira, António e Meireles, Artur, «Notas sobre os movimentos migratórios da população natural da Guiné Portuguesa», *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, XIV(53), 1959, 7-19.

Carreiro, Maria, *Arquitectos de um Espaço Transnacional Lusófono: A Diáspora Guineense em Portugal,* Lisboa, Fundaçao Portugal-África, 2011.

Davidson, Basil, *A History of West Africa: 1000-1800*, London, Longman, 1978.

Gable, Eric, «The Culture Development Club: youth, neo-tradition, and the construction of society in Guinea-Bissau», *Anthropological Quarterly*, 73(4), 2000, 195-203.

Galli, Rosemary, «Liberalisation is not enough: structural adjustment and peasants in Guinea-Bissau», *Review of African Political Economy*, 49, 1990, 52-68.

[42] Abreu, Alexandre, «The new economics of labour migration: beware of neoclassicals bearing gifts», Forum for Social Economics, no prelo, disponível "*online first*" no endereço: http://www.springerlink.com/content/q6r14x15657l1v1k/ .